

MP/SP: faça o simulado para oficial de promotoria

MATEMÁTICA

1. Um mesmo caminhão fez três viagens para transportar alguns animais. Na primeira viagem foi levada a terça parte do total de animais e, a cada viagem subsequente, a terça parte do número restante. Se após as três viagens 16 animais deixaram de ser transportados, o número de animais que havia inicialmente era

- A. 54
- B. 56
- C. 60
- D. 64
- E. 68

Matéria: Matemática; **Órgão:** Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão - Estadual – MA; **Cargo:** Auxiliar de Serviços de Campo; **Nível:** Médio; **Banca:** FCC - Fundação Carlos Chagas; **Ano:** 2005; **Questão:** 20

Comentário

*Seja x o número total de animais. Na primeira viagem foram levados $x/3$ do total e sobraram $2x/3$. Na segunda viagem foi levado $1/3$ dos $2x/3$, ou seja, $2x/9$ e sobraram $2x/3 - 2x/9 = 4x/9$. Na terceira viagem foram levados $1/3 * 4x/9 = 4x/27$ e sobraram $4x/9 - 4x/27 = 8x/27$. Então $8x/27 = 16$; $x = 16 * 27/8 = 54$. Alternativa A.*

2. Certa semana, uma equipe foi incumbida de fazer determinada tarefa. Na segunda-feira, foi executada a terça parte da tarefa e, a cada dia subsequente, a metade da realizada no dia anterior. Nessas condições, é correto afirmar que, ao final da sexta-feira,

- A. foi concluída a tarefa.
- B. $\frac{17}{48}$ da tarefa havia deixado de ser executada.
- C. $\frac{19}{48}$ da tarefa havia deixado de ser executada.
- D. $\frac{2}{3}$ da tarefa havia sido executada.
- E. $\frac{37}{48}$ da tarefa havia sido executada.

Matéria: Matemática; **Órgão:** Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão - Estadual – MA; **Cargo:** Bombeiro Militar/Soldado; **Nível:** Médio; **Banca:** FCC - Fundação Carlos Chagas; **Ano:** 2006; **Questão:** 17

Comentário

Na segunda feira foi realizado $1/3$ da tarefa e nos dias seguintes foram realizadas metade da tarefa realizada no dia anterior, ou seja, na terça foi realizado $1/2$ de $1/3 = 1/6$, na quarta foi realizado $1/12$, na quinta $1/24$ e na sexta $1/48$. A soma $1/3 + 1/3 + 1/6 + 1/12 + 1/24 + 1/48 = 31/48$ indica que no final da sexta feira $31/48$ do total da tarefa foi realizada e falta $1 - 31/48 = 17/48$ da tarefa a ser concluída. Opção B.

3. O montante que deve ser aplicado a juros simples, com uma taxa de 10% ao ano, que deve produzir a quantia de R\$5.000,00 em 72 meses, em reais, é:

- A. 2.000,00
- B. 2.585,00
- C. 3.000,00
- D. 3.125,00
- E. 4.500,00

Matéria: Matemática Financeira; **Órgão:** Empresa de Pesquisa Energética - EPE - Federal – BR; **Cargo:** Finanças e Orçamento; **Nível:** Superior; **Banca:** CESGRANRIO - Fundação CESGRANRIO; **Ano:** 2006; **Questão:** 22

Comentário

*Como a taxa de juros é anual temos que transformar 72 meses em anos, $72/12 = 6$ anos. Utilizando a fórmula do montante vamos encontrar o valor do capital inicial: $5.000 = C(1+0,1*6)$; $5.000 = 1,6*C$; $C = 5.000/1,6 = 3.125$. Resposta D.*

4. O montante acumulado em 13 meses, a partir de um capital de R\$ 12.000,00 aplicado a uma taxa de 5% ao mês, no regime de juros compostos, em reais, será:

- A. 19.800,00
- B. 20.524,07
- C. 21.550,28
- D. 22.627,79

E. 23.759,18

Matéria: Matemática Financeira; **Órgão:** Casa da Moeda do Brasil - Federal – BR; **Cargo:** Contador; **Nível:** Superior; **Banca:** Fundação CESGRANRIO; **Ano:** 2005; **Questão:** 16

Comentário

$Montante = 12.000 \cdot (1+0,05)^{13} = 12.000 \cdot 1,885649 = 22.627,788$
reais. Opção D.

DIREITO PENAL

5. Cadmo foi surpreendido por policiais quando arrombava o cofre de uma loja para subtrair dinheiro. Na delegacia, o Delegado de Polícia, por ser amigo de seu pai e penalizado com a situação de pobreza de Cadmo, deixou de determinar a lavratura de auto de prisão em flagrante e colocou-o em liberdade. Nesse caso, o Delegado de Polícia

- A. cometeu crime de prevaricação.
- B. não cometeu crime contra a Administração Pública.
- C. cometeu crime de condescendência criminosa.
- D. cometeu crime de corrupção passiva.
- E. cometeu crime de abandono de função.

Matéria: Direito Penal; **Órgão:** Tribunal Regional do Trabalho / 24ª Região - TRT 24ª - Federal – BR; **Cargo:** Analista Judiciário - Área Execução de Mandados; **Nível:** Superior; **Banca:** FCC - Fundação Carlos Chaga; **Ano:** 2006; **Questão:** 60

Comentário

Segundo o art. 319 do Código Penal, crime de prevaricação é o ato de: retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Portanto, a conduta descrita no enunciado da questão corresponde ao tipo penal prevaricação, resposta da alternativa A.

Como o delegado cometeu o crime de prevaricação, cometeu um tipo penal previsto no capítulo do Código Penal correspondente aos Crimes Praticados por Funcionário Público contra a Administração em geral. Este capítulo trata de crimes-espécies do gênero: Crimes Contra a Administração Pública, estando, inclusive localizado, dentro do Título XI que trata dos crimes contra a Administração

Pública, fazendo, portanto, parte destes crimes. Ou seja, o delegado cometeu crime contra a Administração Pública sim, o que torna a alternativa B incorreta, já que nega esta afirmação.

Condescendência criminosa (art. 320 do CP) corresponde a: deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente. Não se trata do caso da questão, pois não se trata de subordinado no exercício do cargo, mas sim, de conhecido do delegado.

Corrupção passiva (art. 317 do CP) é solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem. No caso da questão, não há nenhuma promessa ou vantagem recebida pelo delegado, portanto, não trata-se do crime da letra D.

E por fim, Abandono de Função, (art. 323 do CP) corresponde a abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei. O que também não caracteriza na situação descrita na questão. Alternativa A.

6. Hefaistos, agente fiscal de rendas, compareceu à empresa "A" e constatou fraude no recolhimento de tributos no montante de R\$ 25.000,00. O responsável pela empresa lhe ofereceu a quantia de R\$ 5.000,00 para relevar a fraude constatada. Hefaistos recebeu a quantia oferecida, mas, mesmo assim, autuou a empresa pela mencionada infração. Nesse caso, Hefaistos

- A. não cometeu nenhum delito, pois autuou a empresa.
- B. cometeu crime de corrupção passiva.
- C. cometeu crime de concussão.
- D. cometeu crime de excesso de exação.
- E. cometeu crime de prevaricação.

Matéria: Direito Penal; **Órgão:** Tribunal Regional do Trabalho / 24ª Região - TRT 24ª - Federal – BR; **Cargo:** Analista Judiciário - Área Judiciária; **Nível:** Superior; **Banca:** FCC - Fundação Carlos Chagas; **Ano:** 2006; **Questão:** 57

Comentário

O crime de Corrupção passiva (art. 317 do CP) é: solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou, antes de assumi-la, mas em razão dela,

vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem. Tal crime é tipificado na situação descrita no enunciado, já que o agente fiscal de rendas aceitou dinheiro para relevar a fraude encontrada, durante fiscalização que fazia, ou seja, em razão de seu cargo. Portanto, a letra B corresponde à resposta correta.

A letra A é incorreta, pois o tipo penal Corrupção Passiva, descrito no art. 317, dispõe que o simples fato de aceitar vantagem ou promessa de vantagem em razão da função pública exercida já caracteriza o crime. O §1º, entretanto, é que dispõe que há aumento da pena, se em consequência de tal vantagem recebida, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional. No caso, o agente autuou a empresa, ou seja, realizou o ato de ofício referente ao seu dever funcional, portanto, não há aumento da pena no caso.

O crime de concussão (art. 316 do CP) é exigir, para si, ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida. É parecido com o crime de corrupção passiva, a diferença é que na concussão o funcionário deve EXIGIR a vantagem, o que não foi o caso. Portanto, não se trata do crime da letra C.

O Excesso de Exação (art. 316 § 1º) caracteriza-se se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza. Também não trata do caso da questão.

O crime de Prevaricação (art. 319), por sua vez, é o ato de: retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Como se verifica na questão, não se trata deste tipo penal. Portanto, alternativa E descartada, permanecendo a letra B como a resposta correta.

7. Ares, funcionário do Serviço de Águas e Esgotos do Município, entidade paraestatal, desviou em proveito próprio a quantia de R\$ 5.200,00 referente ao pagamento de contas em atraso efetuadas por um usuário. Nessa hipótese, Ares

- A. cometeu crime de emprego irregular de rendas públicas.
- B. não cometeu crime contra a Administração Pública.
- C. cometeu crime de prevaricação.
- D. cometeu crime de corrupção passiva.
- E. cometeu crime de peculato.

Matéria: Direito Penal; **Órgão:** Tribunal Regional do Trabalho / 24ª Região - TRT 24ª - Federal – BR; **Cargo:** Analista Judiciário - Área Judiciária; **Nível:** Superior; **Banca:** FCC - Fundação Carlos Chagas; **Ano:** 2006; **Questão:** 58

Comentário

Peculato, segundo o art. 312 do Código Penal, é o ato de apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio. Ou seja, no caso da questão, Ares apropriou-se de dinheiro particular, que teve posse em razão de seu cargo público, em proveito próprio, o que se enquadra no tipo penal do art. 312. Sendo assim, a resposta correta da questão é a alternativa E.

A alternativa B é incorreta, pois Ares praticou SIM crime contra a Administração Pública, uma vez que o crime de peculato é um crime praticado por funcionário público contra a Administração em Geral, e enquadra-se dentro dos crimes contra a Administração Pública.

A alternativa A é incorreta, pois o crime de Emprego Irregular de Verbas ou Rendas Públicas (art. 315 do CP) corresponde a dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei. O que não se trata do caso em apreço, já que o dinheiro apropriado por Ares era de particular, e não advindo do Poder Público para uma finalidade específica em lei.

Segundo o art. 319 do Código Penal, crime de prevaricação é o ato de: retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. O que não trata-se do caso da questão, portanto incorreta a letra C.

Por fim, a letra D também não corresponde ao crime descrito na questão, pois crime de Corrupção passiva (art. 317 do CP) é: solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou, antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

8. João, funcionário público no exercício de suas funções, em cumprimento de mandado de citação, abordou José, o citando, ordenando-lhe que ajoelhasse no chão para ouvir a leitura do teor do mandado. José recusou-se a ajoelhar-se, dizendo que ouviria de pé. Nesse caso, José

A. cometeu crime de desacato.

- B. cometeu crime de desobediência.
- C. não cometeu nenhum delito.
- D. cometeu crime de resistência simples.
- E. cometeu crime de resistência qualificada.

Matéria: Direito Penal; **Órgão:** Tribunal Regional Federal / 1ª Região - TRF 1ª - Federal – BR; **Cargo:** Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade: Execução de Mandados; **Nível:** Superior; **Banca:** FCC - Fundação Carlos Chagas; **Ano:** 2011; **Questão:** 49

Comentário

José não cometeu nenhum delito, pois não é uma exigência legal do cargo de João (oficial de justiça) ordenar que o citando ajoelhe no chão para ouvir a leitura do mandado de citação, mas sim, abuso de autoridade. Portanto, no caso, José ao recusar-se ajoelhar não cometeu nenhum crime, quem cometeu o crime foi João, o funcionário público. Correta a alternativa C.

ATUALIDADES

9.

O presidente do Brasil, em seu último dia de mandato [31/12/2010], decidiu negar a extradição do ex-ativista condenado à prisão perpétua por quatro assassinatos em seu país, nos anos 70. Teve início uma crise diplomática entre o Brasil e este país europeu.

(Adaptado de O Estado de São Paulo, 01/01/2010. p. A4)

O país de origem do ex-ativista é a

- A. Grécia.
- B. França.
- C. Espanha.
- D. Bélgica.
- E. Itália.

Matéria: Atualidades; **Órgão:** Banco do Brasil S.A. - BB - Federal – BR; **Cargo:** Escriturário; **Nível:** Médio; **Banca:** FCC - Fundação Carlos Chagas; **Ano:** 2011; **Questão:** 27

Comentário

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu recusar a extradição do ex-ativista italiano Cesare Battisti, condenado à revelia por assassinatos na Itália. A deliberação do presidente foi tomada mais de um ano depois de o Supremo Tribunal Federal aprovar, por cinco

votos a quatro, a extradição de Battisti. A corte deixou, no entanto, a palavra final sobre o assunto para Lula. Verifica-se que o país de origem é a Itália, portanto, resposta correta: item E.

10.

O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) concedeu ontem [26/01/2011] a licença para a instalação do canteiro de obras da usina, no Pará. O licenciamento, esperado desde meados do segundo semestre do ano passado, era fundamental para que a usina pudesse sair do papel. Caso a licença não fosse dada agora, o consórcio construtor perderia a chamada janela hidrológica, época antes das chuvas na Região Norte, e o início das obras da usina teria que ser adiado para 2012, atrasando o trabalho em cerca de um ano.

(Adaptado de <http://clippingmp.planejamento.gov.br>)

O nome da usina que será construída no Pará é

- A. Santo Antonio.
- B. Jupia.
- C. Furnas.
- D. Belo Monte.
- E. Itaipu.

Matéria: Atualidades; **Órgão:** Banco do Brasil S.A. - BB - Federal – BR; **Cargo:** Escriturário; **Nível:** Médio; **Banca:** FCC - Fundação Carlos Chagas; **Ano:** 2011; **Questão:** 26

Comentário

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama - já conferiu a licença de instalação para o início das obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará. Portanto, a resposta correta é a letra “D”, Belo Monte. Com isso já é possível iniciar as obras. Antes, o Ibama já havia conferido a licença parcial, permitindo o início do canteiro de obras. A possibilidade de seca na Volta Grande do Rio é uma das principais críticas da comunidade. A obra é bem polêmica, segundo o governo a obra é importante para garantir o abastecimento de energia elétrica, já para especialistas em ambientais descacam os problemas gerados por essa.

11.

Esta sexta-feira [16/07/2010], segundo dia de contenção do vazamento de óleo – pela primeira vez bem-sucedido desde a explosão no dia 20 de abril da plataforma operada pelo petroleiro British Petroleum (BP) –, alimenta a esperança de que o maior desastre ambiental da história americana pode finalmente ter um fim. Neste momento, os engenheiros trabalham no monitoramento da força do óleo para ver se a solução vai funcionar a longo prazo. O teste deve durar cerca de 48 horas. Se, neste prazo, os resultados forem positivos, governo e BP tomarão uma decisão sobre o fechamento definitivo do poço.

(Adaptado de oglobo.globo.com/ciencia)

Considerado um desastre ambiental nos Estados Unidos, o vazamento de óleo mencionado ocorreu

- A. na Califórnia.
- B. no Golfo do México.
- C. no litoral de Nova Iorque.
- D. na Península da Flórida.
- E. na Costa Oeste.

Matéria: Atualidades; **Órgão:** Banco do Brasil S.A. - BB - Federal – BR; **Cargo:** Escriturário; **Nível:** Médio; **Banca:** FCC - Fundação Carlos Chagas; **Ano:** 2011; **Questão:** 25

Comentário

O vazamento de óleo ocorrido em 2010 nos Estados Unidos ocorreu no Golfo do México, após a explosão de uma plataforma de petróleo da British Petroleum, a companhia que operava a plataforma. Portanto, a resposta correta é a letra B, Golfo do México. Posteriormente, deu principio um dos maiores derramamentos de óleo no mar, e o pior desastre ambiental causado por óleo nos EUA.